

Ex-diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência
e membro do Conselho de Curadores da Fundação Champalimaud

O atraso da política de Ciência e da comunidade científica em Portugal

António Coutinho

Um exemplo recente de maturidade política no Reino Unido, no âmbito das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, contrasta com as práticas nacionais no domínio. O ministro britânico da Ciência propôs dar forma de lei a um princípio de prática consagrada: os políticos não devem interferir diretamente nas decisões de financiamento

da investigação. A lei vem proteger uma comunidade científica, ela própria madura e transparente, que sabe melhor que ninguém como melhorar a sua *performance*.

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que funcionou por apenas um curto interregno, sugeriu em 2014 ao primeiro-ministro que fosse feita uma auditoria internacional à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). A FCT é o único organismo público que distribui financiamentos para a investigação em Portugal, partilhando com a Agência Nacional de Inovação a responsabilidade nesta área. Nos 50 anos da sua existência, apesar das queixas frequentes da comunidade científica, este organismo nunca fora auditado por entidades externas ao governo! Os quatro auditores, de enorme experiência em agências públicas de países europeus bem mais avançados que Portugal, sugeriram várias medidas no sentido de melhorar a FCT: reconheceram as dificuldades com a “avaliação pelos pares” nacional, em razão dos frequentes conflitos de interesses numa comunidade científica muito pequena; notaram deficiências da FCT em pessoal técnico qualificado; sublinharam a necessidade de se evoluir para um modelo de organismo público, emanado da comunidade, que propõe, avalia e implementa os financiamentos, independentemente do governo. Todas as conclusões da auditoria ficaram na gaveta, tanto mais que o Governo mudou e ficámos sem saber o que o atual Governo pensa da FCT.

Mais do que em outras áreas, a investigação científica e tecnológica exige políticas a médio e longo prazo, e não se compadece com “novos rumos” a cada mudança de Governo, frequentemente ditados por razões ideológicas ou de pura politiquice. Um par de anos sem os apoios necessários são

mortais para os investigadores mais competitivos, cuja sobrevivência passa necessariamente pela emigração... deixando por cá os que o são menos e sobrevivem sem financiamentos porque não fazem grande coisa. Ora, se a excelência gera, com frequência, mais excelência, a mediocridade gera sempre mais mediocridade. Como a ciência produz toda a tecnologia, que resulta em inovação e crescimento económico, uma ciência medíocre deixa-nos pouca esperança.

Uma FCT independente não deixaria de (1) abrir concursos anuais para financiamento de projetos (não existem desde 2014, com grupos a fechar porque lhes acabou o dinheiro); (2) manter o Programa Investigador-FCT com concursos anuais, abertos e internacionais (que mantinha os melhores em Portugal e atraía outros do estrangeiro), ao invés de organizar concursos locais à medida de todas as influências; (3) manter programas de doutoramento, com excelentes resultados desde há 25 anos, em vez de os substituir pelo sistema do *ancien régime*, único na Europa, onde uns universitários reunidos em Lisboa atribuem bolsas de doutoramento individuais sem sequer ver os candidatos, os quais submetem projetos de investigação onde falsamente aparecem como autores, ficando assim condenados a servir o orientador durante 3-4 anos; (4) manter financiamentos diferenciais às melhores Unidades de Investigação, após avaliações internacionais independentes e transparentes, ao invés de distribuir o pouco milho por todos os pardais (por definição, os medianos são mais frequentes que os excelentes, mas também são os que mais barulho fazem no sentido de assegurar a sua sobrevivência e a do sistema que os gerou). Não foi por acaso que o European Research Council, cuja missão é “ciência de excelência”, rapidamente se tornou a bandeira da investigação na Europa.

Em resumo, temos dois problemas em Portugal: nem os políticos nem a comunidade científica atingiram um grau de maturidade aceitável. Ambos concentrados na sua própria sobrevivência, desviam-se do melhor interesse do país: os primeiros implementando políticas para a “maioria” de que dependem e assim mantêm satisfeita e silenciosa; os segundos, na sua mediania maioritária, vociferando contra a excelência e exigindo o “direito” de gastar o dinheiro público sem dar contas a ninguém.

